

Instâncias de subjetivação em relatórios sobre adolescentes infratores: um resumo

Maria Claudia G. Maia*

Resumo: Trabalho vinculado teoricamente à Análise do Discurso de linha francesa, comportamento dos jovens durante a internação. Proponho como estudo investigar, a partir dos lapsos de escrita que irrompem nos tendo como objeto de pesquisa relatórios elaborados numa instituição de internação para adolescentes infratores. Os relatórios são textos em forma de pareceres, produzidos por profissionais de diferentes campos do conhecimento e avaliam o textos, como se constitui a imagem dos adolescentes infratores, isto é, quais são as formações imaginárias em jogo na montagem e constituição de sentidos acerca desses jovens.

Palavras-chave: adolescente infrator; sujeito; discurso; psicanálise.

Introdução

Em abril de 2006, defendi minha tese de doutorado, intitulada **Instâncias de subjetivação em relatórios sobre adolescentes infratores**, sob a orientação da Prof.^a Doutora Bethania Mariani, no curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense; área de concentração em “Estudos Linguísticos” e linha de pesquisa “Discurso e Interação”. Minha banca examinadora foi composta pelos Professores Doutores Maria Cristina Leandro Ferreira (UFRS), Marcelo Muniz Freire (UERJ), Lúcia Teixeira (UFF), Mariluci Novaes (UFF), Leda Verdiani Tfouni (USP) e Suzi Lagazzi-Rodrigues (Unicamp), as duas últimas como suplentes.

Em meu trabalho de tese, analisei, com base no referencial teórico da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, 120 “Relatórios de Estudo de Caso” concernentes a adolescentes em conflito com a lei. Esses relatórios faziam referência a jovens que encontravam-se internados em uma das instituições exclusivas para adolescentes, instituição essa subordinada ao Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas (DEGASE), que, até o final da década de 90, encontrava-se atrelado à Secretaria Estadual de Justiça e Interior (SEJI), no Estado do Rio de Janeiro.

* Psicanalista da EBPMF e professora da UCAM-RJ. Doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense, com a tese **Instâncias de subjetivação em relatórios sobre adolescentes infratores**, orientada pela Professora Doutora Bethania Mariani. E-mail: mariaclaudiamaia@terra.com.br

Os relatórios selecionados para análise foram escritos entre 1998 e 1999, um período diferenciado na história da instituição, porque, após uma rebelião, na virada de 1997 para 1998, a instituição foi incendiada e praticamente destruída, ocorrendo mortes entre os adolescentes. Diante dessa situação, os internos foram transferidos para uma unidade prisional, que deveria ser adaptada às exigências previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Durante essa temporada, a instituição de origem passou por uma reforma a fim de iniciar a implantação de uma política voltada para os Direitos Humanos e alinhada às propostas contidas no ECA entre direitos e deveres relacionados aos adolescentes em conflito com a lei.

Um fato recorrente que chamou a atenção dos profissionais que lidavam diariamente com esses jovens dizia respeito ao local de eleição para o início dos incêndios durante rebeliões em diversas instituições: a sala onde se localizavam os arquivos, isto é, onde se guardava a história institucional de cada menino, incluindo, entre os documentos armazenados, o “Relatório de Estudo de Caso”. Num gesto de interpretação, questionei se tal ato – ato porque superposto à fala: quando o espaço para a palavra desaparece, surge o ato agressivo – possuía uma significação peculiar: seria uma tentativa de apagar, silenciar um discurso relacionado a um lugar de poder que define sobre a vida de determinados sujeitos? Com Pêcheux, pensei a literal queima de arquivo como um gesto de leitura. Uma forma peculiar de ler o arquivo? Sim, entendendo arquivo como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1997 [1982]¹, p. 57), um campo de documentos dados a ler não em sua literalidade mas a partir de uma interpretação acerca dos modos de organização e leitura dos documentos. Os adolescentes, incendiando uma memória, estavam indo contra um “policiamento dos enunciados, de uma normalização asséptica da leitura e do pensamento, e de um apagamento seletivo de memória histórica” (PÊCHEUX, 1997 [1982], p. 60).

Uma nova política dirigida aos adolescentes foi tentada: a política de penas alternativas, implantada como projeto-piloto na escola reformada após a rebelião citada. Nessa nova perspectiva, no final de 1998, o DEGASE assinou um convênio com a Escola Brasileira de Psicanálise Movimento Freudiano (EBPMF) a fim de iniciar um trabalho psicanalítico com os internos e recebê-los em condições mais condizentes com suas necessidades de pessoas em desenvolvimento. O trabalho analítico seria diferenciado do trabalho dos

¹ Nota dos organizadores: para fins de consulta bibliográfica, em função do uso de mais de uma edição do mesmo texto e/ou obra pelos autores dos artigos presentes neste exemplar da **Coleção Fragmentum**, optou-se por manter as datas empregadas nos diferentes textos, sucedidas da data de publicação mais antiga encontrada pelos organizadores (entre colchetes). No final do exemplar, na lista de referências, as diversas edições se somam na indicação de cada uma das respectivas obras.

técnicos em vários pontos: não haveria vinculação entre essa escuta analítica e escrita de relatórios; o atendimento psicanalítico seria oferecido a todos os jovens e só seriam escutados sigilosamente aqueles que assim desejassem, sem haver obrigatoriedade, para que o trabalho se constituísse de modo independente ao funcionamento preestabelecido da instituição.

Foi como psicanalista que me inseri primeiro nessa escola. E como analista, circulando nesse ambiente institucional, percebi a força significativa que portava o “relatório” – falado e citado por todos que frequentavam a instituição: funcionários e adolescentes –, força essa que me instigou. Transformei tal instigação em projeto de doutorado, após permissão do Juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude para pesquisar o arquivo e investigar quais eram as condições de produção desse texto persecutório, de que lugar o adolescente era falado e qual imagem era construída sobre esse jovem através do discurso institucional. O produto dessa pesquisa se consolidou em minha tese de doutorado, na medida em que, do lugar de analista do discurso, sou tocada teoricamente com as questões relativas ao sujeito, impondo-se a mim um desejo de elaborar discursivamente o movimento de construção de sentidos sobre esse sujeito adolescente.

Trabalhei, portanto, as manifestações do sujeito inconsciente através da palavra recolhida nos relatórios – pensando o significante ‘recolhida’ em sua ambiguidade –; a Análise do Discurso de linha francesa foi minha teoria de eleição porque ela se constitui como uma disciplina atravessada pela teoria psicanalítica, isto é, por um campo em que o sujeito está incluído e onde a questão do sentido não é tomada como dado de saída, mas como uma construção. É Pêcheux mesmo quem afirma a necessidade de se fundar uma teoria do discurso que se fundamente numa teoria do sujeito de natureza psicanalítica.

No campo da psicanálise, sujeito não é sinônimo de *eu*, o *eu* da consciência que faz com que o sujeito se confunda com ele mesmo quando diz *eu*, sem levar em conta que esse *eu* é apenas um lugar que ocupa para se dizer. Freud provoca um deslocamento desse “eu consciência” para o sujeito do inconsciente. A partir daí, então, pela articulação entre inconsciente e ideologia – esta sendo trabalhada pela Análise do Discurso também como instância constitutiva do sujeito –, pude mobilizar as noções de sujeito do inconsciente e de sentido. Para Althusser, a ligação sinonímica entre o *eu* e o sujeito do inconsciente é um engano fundamental, “essa ‘evidência’ de que você e eu somos sujeitos é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar” (ALTHUSSER, 1994, p. 132).

Descobri, então, trabalhando com os relatórios, como aparecia esse efeito ideológico de um *eu* funcionando como fonte de sentido: um *eu* que funciona a partir de uma concepção de língua sem ambiguidades, pura evidência. E, entretanto, foi nessa mesma materialidade linguística exposta no

relatório que o sujeito do inconsciente fez irrupção, abrindo-se a outras possibilidades de significação.

Esse lugar outro do sujeito – o inconsciente – subverte a noção de origem: o sujeito ser fonte do sentido é mera ilusão. A construção e constituição do sujeito e dos sentidos se dão num outro plano, no cruzamento entre inconsciente e ideologia, como efeito, já que o sujeito é dividido pelo recalque e interpretado pela ideologia “que tem a função de ‘constituir’ indivíduos concretos como sujeitos” (ALTHUSSER, 1994, p. 132). O sujeito é sempre sujeito da ideologia e do inconsciente. Pêcheux ressalta que essa relação entre inconsciente e ideologia, no campo da AD, se dá de um modo específico:

A ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente. (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 301).

Benveniste (1991), apesar de ser um dos primeiros a trabalhar com a idéia de subjetividade na linguagem e a relação desta com o sujeito, caiu no engodo do pronome pessoal *eu*, quando confundiu eu=sujeito=consciência, com toda a garantia que é possível obter dessa equivalência:

A subjetividade de que tratamos aqui é a capacidade do locutor se propor como ‘sujeito’. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo [...] mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência (BENVENISTE, 1991, p. 286).

Para esse autor, a subjetividade se fundamenta na marca linguística de pessoa gramatical; “o ‘eu’ do discurso indica, para Benveniste, o sujeito, enquanto este se resume à certeza de sua consciência” (LEITE, 1994, p. 14) e, por conseguinte, a função sujeito mantém a garantia imaginária de unidade do *eu*. Assim o *eu* é um ponto de partida e não um ponto de chegada. E enquanto houver essa garantia imaginária de um *eu* completo, não dividido, o sujeito estará excluído, sendo neutralizado, ilusoriamente, por uma língua da consciência.

Durante a análise dos relatórios, trabalhei como o uso dessa língua da consciência formata sentidos e, ao mesmo tempo, trabalhei como esses sentidos podem sempre apontar para outros: pela combinação imprevista de articulações significantes ou pelos lapsos de escrita que repontuavam e reinterpretavam o texto dos relatórios.

O sujeito tratado na tese é um sujeito específico: estruturalmente dividido pelo recalque, tendo acesso apenas a uma parte do que diz; a outra parte diz respeito ao inconsciente ao qual o sujeito só acede pelo sonho, ato falho, lapsos etc. – as chamadas formações do inconsciente por Freud. Essa divisão mantém o engano para o sujeito sobre ser a origem de seus sentidos, sustentado pelos efeitos da ideologia sobre esse mesmo sujeito. Nessas evidências equivocadas, nos furos ou falhas de sentido, o sujeito ocupa um lugar, uma posição, onde discursos são produzidos através de uma relação marcada pela memória dos dizeres, sempre em relação a outros dizeres e outros discursos, que se definem a partir de uma dada formação discursiva. Não há sentido literal, mas efeitos de sentido e os lapsos de escrita encontrados nos relatórios e que foram examinados provaram esse movimento do sentido.

Esse trabalho pretendeu compreender, através da análise dos “Relatórios de Estudo de caso”, o jogo discursivo e a trama – em suas variadas acepções – de dizeres que perpassam os sujeitos para se significarem na língua. É importante salientar que esses dizeres se realizavam nos relatórios. Esses textos foram elaborados por técnicos reconhecidos como profissionais de diversas áreas do conhecimento e que trabalhavam diretamente com os adolescentes a partir de entrevistas realizadas dentro da instituição. Os relatórios, portanto, eram produções textuais encaminhadas ao juiz a fim de que este pudesse orientar-se acerca do procedimento de reavaliação dos jovens, se eles seriam mantidos em regime de internação ou não. O relatório era composto por uma folha de rosto de identificação, por quatro pareceres – social, pedagógico, psicológico e conclusivo –, além de conter, ao final, data e assinatura dos técnicos e, em alguns casos, do diretor da instituição.

Os relatórios foram trabalhados a partir da transcrição de enunciados selecionados em função da abordagem da análise; a transcrição foi feita literalmente no registro do significante, isto é, mantendo a forma original com ocorrência de desvios na norma gramatical, com lapsos de linguagem e sem a identificação dos nomes próprios, sejam eles dos adolescentes ou de seus responsáveis; também não houve identificação da instituição onde os textos foram elaborados a fim de preservar os menores à época.

A naturalização dos sentidos, esse efeito de evidência das significações, é um mecanismo ideológico que fornece um dado sentido a partir da posição social que um sujeito ocupa, possibilitando-lhe dizer coisas de determinados lugares sem causar estranheza. Isto quer dizer, por exemplo, que uma palavra qualquer pode ter diferentes significados em função da posição do sujeito em uma dada formação discursiva e da inscrição que a determinada palavra possui nessa mesma formação.

Quando formações discursivas são colocadas em relação ou em confronto, surge a disputa ou o controle pelo sentido. Mesmo no controle,

entretanto, em se tratando de língua, o equívoco está posto, não como algo a ser descartado, mas como fato de estrutura, já que não existe uma relação direta entre o mundo e a linguagem, entre as palavras e as coisas. Trabalhei, para ilustrar esse fato, um enunciado em que o uso de aspas aponta para uma heterogeneidade do discurso. Por exemplo, num fragmento do relatório 07, parecer social: “Porém a sua prática de ‘justiça’, assim como as justificativas que utiliza para seus atos, indicam carência de orientação intensiva para reverter esse quadro e a sua noção (errônea) do que seja socialmente aceitável”. O uso das aspas na palavra ‘justiça’ indica essa falta de lugar preciso dos significantes em relação ao sentido. No imaginário de estabilidade que as palavras ordenadas suscitam, as aspas, nesse caso, tornam-se um instrumento estabilizador diante de um possível escorregão semântico.

Na iminência de uma disputa de sentidos, de sentidos que se confrontam, o recurso das aspas aponta para uma contenção. O menino, inserido numa determinada formação discursiva, fala de ‘justiça’ de um determinado lugar. Por outro lado esse sentido de ‘justiça’ não é compartilhado pelo técnico que, ao escolher literalizar a fala do outro, aspeia a palavra ‘justiça’, construindo um jogo dialético. Jogo dialético porque ‘justiça’ é uma palavra reconhecida ao ser pronunciada – ainda mais numa instituição ligada ao sistema jurídico –, no entanto não se trata da concepção de ‘justiça’ reconhecida no sentido hegemônico da instituição.

Para pontuar o lapso ocorrido na palavra ‘errôneo’, refleti sobre o equívoco. O equívoco, ou a estranheza, ocorre justamente quando o previsto falha, deixa furo, mostra uma falta, uma ambiguidade: é o Real da língua irrompendo, como no exemplo de ‘errôneo’. A palavra ‘errôneo’ foi inserida à mão, isto é, testemunhou-se um esquecimento e um esquecimento que anota um lapso. Há a informação de que o menino possui uma noção – esqueceram que a noção era errônea... É o Real deixando sua marca, desautomatizando uma escrita que, ao ser corrigida, reinsere os sentidos “rebeldes” – que furam o estabelecido – na cadeia significante. Ao escapar da previsibilidade, surge no espaço discursivo um lugar singular para o sujeito ter uma noção do que é socialmente aceitável. Reinsere esse sentido inédito que escapa, articula-se a ele o significante ‘errôneo’ que realinha, no mesmo, o que foi desalinhado pelo Real.

Uma vez realizada a análise apresentada na tese, propus, como tentativa de oferecer um espaço de fala ao jovem, a inserção de um parecer de autoria do próprio adolescente. Essa escrita poderia ser uma forma de restabelecer e reorganizar a disputa de sentidos, uma forma diferente de escutar o jovem que, assim, poderia colocar-se subjetivamente através de seu próprio texto, sua própria escrita. Instituir um lugar de parecerista ao adolescente – lugar para colocar-se subjetivamente e fazer laço social pelo discurso, pela implicação subjetiva em sua fala – seria oferecer a esse jovem a

opção de escolher, como sujeito desejante que é, de que modo posicionar-se diante do Outro. Nesse caso, então, a denominação “Relatório de Estudo **do** Caso” ganharia um outro sentido com o artigo definido apontando não mais para um universal, mas para o definido de um particular.